



2º Simulado

SEFAZ AP

Auditor da Receita

Pós-Edital

Simulado Especial

2º Simulado SEFAZ AP - Auditor e Fiscal da Receita e Fiscal - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Sefaz AP;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AP-20-08>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	101 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	102 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	103 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	104 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	105 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	106 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	107 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	108 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	109 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	110 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	111 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	112 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	113 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	114 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	115 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	116 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	117 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	118 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	119 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	120 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

“Integrar para não entregar”.

Foi com esse lema que a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi implementada, no Amazonas, entre o fim da década de 1950 e nos anos de 1960, com a instalação do Polo Industrial para promover uma integração regional e garantir a soberania nacional. Hoje, o modelo econômico é o principal responsável pela preservação de mais de 90% das florestas.

No período de criação da ZFM, os governos militares temiam que a região amazônica – por conta do seu isolamento geográfico e sua incalculável grandeza ambiental – ficasse vulnerável a potências mundiais e fosse anexada a outros países. Nos últimos dez anos, o País perdeu esse medo e o modelo passou a ser alvo de desmonte.

De acordo com o Decreto de Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a Zona Franca de Manaus é definida como “uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento (...)”.

Entre as principais preocupações do mundo, a Amazônia tem mais de um terço de sua área geográfica no Amazonas, onde está a Zona Franca. O modelo além de garantir a preservação ambiental, gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos e é responsável por quase 50% da receita que a Região Norte entrega à União e, também, não é entrave para a redução de impostos, uma vez que já concede incentivos tributários às indústrias que lá se instalam.

01. Observe o trecho a seguir:

Entre as principais preocupações do mundo, a Amazônia tem mais de um terço de sua área geográfica no Amazonas, onde está a Zona Franca.

Sobre o termo destacado acima, assinale abaixo o termo que exerça a mesma função sintática:

- a) Foi com esse lema que a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi implementada
- b) os governos militares temiam que a região amazônica ficasse vulnerável a potências mundiais e fosse anexada a outros países.
- c) Nos últimos dez anos, o País perdeu esse medo e o modelo passou a ser alvo de desmonte.
- d) Hoje, o modelo econômico é o principal responsável pela preservação de mais de 90% das florestas.
- e) uma vez que já concede incentivos tributários às indústrias que lá se instalam.

02. Assinale a alternativa em que o verbo destacado pode passar a ter outra flexão, mantendo-se a correção gramatical.

- a) Cerca de 49 milhões de pessoas contraíram a doença.
- b) Mais de um deputado assinou o documento.
- c) Parte da turma conseguiu a bolsa.
- d) 1,7% dos alunos receberam o documento.
- e) Houve acidentes graves nessa estada.

03. Observe o trecho a seguir: uma vez que já concede incentivos tributários às indústrias que lá se instalam.

Se o elemento destacado fosse substituído pelo expresso nas opções abaixo, qual seria a alternativa correta, em relação ao acento grave indicativo de crase?

- a) à essa indústria que se instalou.
- b) à mesma indústria que se instalou.
- c) à toda indústria que se instalou.
- d) à qualquer indústria que se instalou.
- e) à indústrias que se instalaram.

04. Assinale a alternativa correta em relação ao emprego da preposição antes do pronome relativo.

- a) Não entendi o ideal com que todos os alunos compactuam.
- b) Não percebi direito o problema a que os alunos se queixaram.
- c) O ideal em que os novos integrantes da diretoria discordam está gerando polêmica.
- d) O autor famoso em cuja obra todos discordam está no Brasil.
- e) Todos os livros por que os alunos precisavam estão na biblioteca.

05. Assinale o termo em que o termo destacado justifica a flexão do verbo sublinhado.

- a) Essa mesma vulnerabilidade social pode ser potencializada com a **revolta** dos habitantes da região.
- b) Como **resultado** dessa falta de controle socioeconômico, estão as mortes do indigenista Bruno Pereira e Dominic Phillips
- c) a Amazônia tem mais de um terço de sua área geográfica no Amazonas, onde está a **Zona Franca**.
- d) O modelo, além de garantir a **preservação** ambiental, gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos...
- e) Foi com esse **lema** que a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi implementada.

06. O modelo além de garantir a preservação ambiental, gera mais de 100 mil empregos diretos e indiretos e é responsável por quase 50% da receita que a Região Norte entrega à União e, também, não é entrave para a redução de impostos, uma vez que já concede incentivos tributários às indústrias que lá se instalam.

O termo destacado pode ser substituído corretamente, com manutenção do sentido, por:

- a) por isso
- b) por conseguinte
- c) porquanto
- d) de modo que
- e) que

07. Está clara e correta a seguinte redação:

- a) Primeiramente, apontou-se, a nulidade na realização dos sorteios para a seleção dos participantes do júri.
- b) Além da realização, tardia do sorteio, também foi demonstrado que o Ministério Público se beneficiou do acesso à uma série de banco de dados para consulta e análise das características e vida pretérita dos jurados.
- c) Em segundo lugar, foi realizada sessão à cortinas fechadas entre os membros do júri e o seu juiz presidente.
- d) Outros foram os atos nulos do julgamento, mas os até aqui apresentados já nos permitem concluir que não se trata do fomento a uma cultura de impunidade.
- e) É impossível entender como válido tal acontecimento, nada que aconteça no plenário podem ser realizados as ocultas dos atentos olhos das partes.

08. A frase que se apresenta em consonância com as regras de pontuação:

- a) O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), empossado na noite de terça-feira, afirmou, que a cerimônia de ontem simbolizou o respeito pelas instituições como único caminho para o fortalecimento da República e democracia.
- b) O discurso em defesa das eleições foi longamente aplaudido, pelos presentes na cerimônia.
- c) De acordo com o xerife do condado de Napa Jason foi autuado nesta terça em virtude de um mandado de prisão emitido em 2016 pelo roubo da joia.
- d) A joia, que seria objeto do crime é estimada no valor de 2 mil dólares, cerca de R\$ 10 mil.
- e) Após ser preso, Jason precisou entregar todas as armas de fogo que possui para a polícia.

09. O que me tranquiliza é que tudo o que existe, existe com uma precisão absoluta. O que for do tamanho de uma cabeça de alfinete não transborda nem uma fração de milímetro além do tamanho de uma cabeça de alfinete. Tudo o que existe é de uma grande exatidão. Pena é que a maior parte do que existe com essa exatidão nos é tecnicamente invisível. Apesar da verdade ser exata e clara em si própria, quando chega até nós se torna vaga pois é tecnicamente invisível. O bom é que a verdade chega a nós como um sentido secreto das coisas. Nós terminamos adivinhando, confusos, a perfeição.

Pena é que a maior parte do que existe com essa exatidão nos é tecnicamente invisível.

Assinale a alternativa em que o termo destacado possua exatamente a mesma classificação morfológica que o destacado acima:

- a) O que me tranquiliza é que tudo o que existe, existe com uma precisão absoluta.
- b) Tudo o que existe é de uma grande exatidão.
- c) Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender.
- d) É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco.
- e) Um amigo meu, médico, assegurou-me que desde o berço a criança sente o ambiente, a criança quer: nela o ser humano, no berço mesmo, já começou.

10. No trecho “Pegou aquele velho paninho que dá brilho final nos sapatos e com ele enxugou o próprio suor, que era abundante”, o pronome destacado faz referência ao termo

- a) paninho
- b) brilho
- c) sapatos
- d) ele
- e) suor

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocelin

11. Um *coach* para concursos enviou as seguintes dicas para o seu *coachee* via aplicativo de mensagens:

- Primeira mensagem: “se você não decorou as principais equivalências lógicas, então você não acertará as questões de Raciocínio Lógico.”
- Segunda mensagem: “você não decorou as principais equivalências lógicas ou você acertará as questões de Raciocínio Lógico.”

O *coachee*, muito dedicado, decorou as principais equivalências lógicas. Ocorre que ele acatou a orientação de um amigo vidente, que o proibiu de acertar as questões de Raciocínio Lógico, pois isso traria azar para sua vida amorosa. A orientação do vidente:

- a) Contrariou as duas mensagens do *coach*.
- b) Não contrariou nenhuma das mensagens do *coach*.
- c) Contrariou a primeira mensagem do *coach* e não contrariou a segunda.
- d) Contrariou a segunda mensagem do *coach* e não contrariou a primeira.
- e) Contrariou a primeira mensagem do *coach* e pode ou não contrariar a segunda.

12. Um indivíduo ser estudioso é condição necessária para ele ser Auditor Fiscal. A negação dessa afirmação é:

- a) Nenhum Auditor Fiscal é estudioso.
- b) Um indivíduo é estudioso e não é Auditor Fiscal.
- c) Se um indivíduo não é Auditor fiscal, então ele não é estudioso.
- d) Um indivíduo é Auditor Fiscal e não é estudioso.
- e) Um indivíduo é estudioso ou não é Auditor Fiscal.

13. Arnaldo, Bernaldo, Cernaldo, Dernaldo, Ernaldo e Fernaldo são auditores fiscais ou contrabandistas de cigarro. Auditores sempre dizem a verdade e contrabandistas sempre mentem.

Arnaldo diz que Bernaldo é auditor;

Bernaldo diz que Cernaldo é contrabandista;

Cernaldo diz que Dernaldo é auditor;

Dernaldo diz que Ernaldo é contrabandista;

Ernaldo diz que Arnaldo e Fernaldo não são ambos auditores e nem são ambos contrabandistas;

Fernaldo diz que Arnaldo é auditor; e

Quais são os auditores?

- a) Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo
- b) Bernaldo e Cernaldo
- c) Cernaldo e Dernaldo
- d) Dernaldo, Ernaldo e Fernaldo
- e) Ernaldo e Fernaldo

14. Estava olhando para o Noroeste. Girei 90° para a esquerda e passei, portanto, a olhar para o Sudoeste. Girei 180° e depois girei 45° à esquerda. Depois girei 90° à esquerda e, depois, 135° à direita. Passei, nesse momento, a olhar para o:

- a) Norte
- b) Nordeste
- c) Noroeste
- d) Sudeste
- e) Sudoeste

15. Três advogados tributaristas receberam um total de R\$ 920.000,00 em honorários por terem reduzido uma dívida tributária de um cliente. Os advogados repartiram o total de honorários em partes inversamente proporcionais ao número de erros cometidos no processo. Um advogado recebeu R\$ 360.000,00 e outro R\$ 240.000,00. Se o advogado que cometeu 12 erros foi o que mais cometeu erros, o total de erros que os três advogados cometeram no processo em questão é

- a) 21
- b) 23
- c) 25
- d) 27
- e) 29

16. A taxa efetiva quadrimestral que é equivalente a uma taxa nominal de 240% ao ano, capitalizados bimestralmente, é igual a:

- a) 80,00%
- b) 80,20%
- c) 95,20%
- d) 96,00%
- e) 96,20%

17. Uma empresa recebeu, pelo valor de R\$ 36.000,00, por meio de uma operação de desconto racional simples, R\$ 24.000,00 como sendo o valor atual. O prazo de antecipação, em dias, se a taxa de juros foi de 5% ao mês, no regime de juros simples, foi de:

- a) 10
- b) 60
- c) 90
- d) 120
- e) 300

18. Um cidadão comprou uma casa por R\$ 240.000,00. O banco financiou a compra dessa casa em 24 meses com juros de 2% ao mês utilizando o sistema de amortização constante (SAC). A segunda prestação que o cidadão deverá pagar será de:

- a) R\$ 4.600,00
- b) R\$ 8.600,00
- c) R\$ 12.600,00
- d) R\$ 14.600,00
- e) R\$ 15.600,00

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

19. Com relação ao poder constituinte, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Por expressa previsão constitucional, o titular do Poder Constituinte é o Estado. Entretanto, o exercício desse poder é do povo.
- c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.
- d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.
- e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

20. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Itajaí por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição do Estado. A respeito do fato narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

21. Lei do Estado de Goiás atribuiu ao responsável solidário ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.
- e) A lei estadual é inconstitucional, porque invadiu a competência da União para legislar sobre direito do trabalho.

22. João, Presidente da República, atentou contra o exercício de direitos individuais e políticos, motivo pelo qual veio a ser acusado por Maria, brasileira, cidadã, de crime de responsabilidade. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) Compete ao Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- b) Caso condenado, o Presidente da República poderá sofrer a perda do cargo e a inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Após a formalização do processo pelo Senado Federal, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo pelo prazo limite de 180 dias.
- d) A autorização da Câmara dos Deputados vincula o Senado, que deverá formalizar o processo contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados toma a decisão de iniciar apuração acerca da acusação formalizada contra o Presidente da República, assegura-se ao Chefe do Executivo o contraditório e a ampla defesa.

23. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

24. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

25. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

26. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

27. Suponha que um veículo militar do Estado de Fabianolândia, ao avançar o sinal vermelho de um semáforo, tenha colidido com outros três automóveis particulares. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) Para obter a reparação pelo dano causado, é necessário que os particulares demonstrem a culpa dos agentes que conduziam o veículo militar.
- b) Para que haja a reparação do dano pelo Estado de Fabianolândia, os particulares deverão demonstrar o nexo de causalidade entre a ação dos agentes e os prejuízos que lhes foram causados, pois se trata de responsabilidade objetiva do Estado.
- c) A fim de que haja o afastamento de sua responsabilidade objetiva, o Estado de Fabianolândia deve apresentar documentos hábeis a comprovar a culpa exclusiva das vítimas, que é a única hipótese excludente da obrigação indenizatória.
- d) Caso a Administração comprove que não houve o nexo de causalidade entre a ação dos agentes e o dano causado, estará afastada a sua responsabilidade, mas fica assegurada a ação regressiva em face dos causadores do dano.
- e) Como condição para que os particulares pleiteiem judicialmente a reparação pelos danos sofridos, é necessário que aguardem a conclusão do processo administrativo respectivo.

28. A respeito do poder de polícia, assinale a opção correta.

- a) Permite-se a delegação do poder de polícia a empresas concessionárias de serviço público, ainda que de cujo capital social o Poder Público não participe.
- b) Caso a pena de multa seja aplicada em razão do exercício do poder de polícia, ela será autoexecutável, haja vista que a autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos.
- c) A aplicação de multa a particular que preste serviços à Administração Pública, em razão de descumprimento de cláusula de contrato firmado entre eles, é manifestação poder de polícia.
- d) A delegação do poder de polícia poderá recair em pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Pública indireta e de capital social majoritariamente público, que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- e) É vedado à Administração empregar-se de métodos coercitivos para a concretização de ato de polícia, pois fere o princípio da proporcionalidade.

29. A Administração Pública do Estado do Amapá está subordinada a diversos princípios administrativos insculpidos expressa e implicitamente no texto constitucional, a exemplo do princípio da

- a) razoabilidade, que impede ações públicas que possam limitar a atuação de particulares no exercício de suas atividades.
- b) legalidade, que impossibilita a prática de atos discricionários baseados em conveniência e oportunidade administrativa.
- c) moralidade, que se sobrepõe a todos os demais princípios previstos no texto constitucional.
- d) impessoalidade, que impede a vinculação de nomes de agentes públicos a obras e campanhas publicitárias realizadas pelo Poder Público.
- e) publicidade, que produz efeito apenas em relação aos atos administrativos que tenham o condão de atingir terceiros que se encontrem fora da Administração.

30. O Estado de Fabianolândia pretende realizar contratação da empresa X para promover o treinamento de seu pessoal. O valor estimado da contratação é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a empresa X possui notória especialização na área de treinamento e aperfeiçoamento, com trabalho reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso em tela, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a contratação:

- a) deve ser precedida de licitação na modalidade pregão;
- b) pode ocorrer mediante dispensa de licitação;
- c) deve ser precedida de licitação na modalidade diálogo competitivo;
- d) pode ocorrer mediante inexigibilidade de licitação;
- e) é vedada por expressa previsão legal.

31. Na Administração Pública brasileira, as pessoas jurídicas de Direito Privado criadas por meio de descentralização, instituídas pelo Estado para a exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos, cujo capital social pertença exclusivamente ao Poder Público, autorizada suas criações por lei e vinculadas a um Ministério ou à Presidência da República, são denominadas:

- a) autarquias;
- b) empresas públicas;
- c) fundações públicas;
- d) sociedades de economia mista;
- e) agências reguladoras.

32. Os atos administrativos editados pela Administração estão amparados pelo regime jurídico-administrativo, portanto, expressam a sua superioridade em face dos administrados. A propósito, pode-se afirmar que

- a) Todos os atos administrativo válidos são necessariamente eficazes.
- b) Não é possível convalidar ato administrativo que apresenta vício de forma.
- c) A imperatividade é um dos atributos do ato administrativo.
- d) A autoexecutoriedade é um atributo de todo e qualquer ato administrativo.
- e) Os atos enunciativos e os atos negociais não gozam de presunção de legitimidade.

33. O art. 98 do Código Civil dispõe que “são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”.

No que se refere aos bens públicos, considere os itens seguintes:

- I. Afetação e desafetação são institutos que dizem respeito à destinação e utilização dos bens públicos.
- II. Os bens públicos desafetados podem ser alienados porque não são de uso comum nem de uso especial.
- III. A inalienabilidade é uma das características do bem público de uso especial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III.

34. Levando-se em consideração o texto da Constituição Federal, pode-se afirmar que a prestação de serviço público por particular é

- a) possível apenas em situações excepcionais e quando o serviço puder ser remunerado por cobrança de tarifa.
- b) possível, na forma da lei, mediante concessão ou permissão, desde que precedida de licitação.
- c) possível apenas em relação aos serviços cuja titularidade não é exclusiva do Estado, dispensada a licitação.
- d) proibida, ainda que exista autorização legislativa.
- e) proibida, salvo quando for conveniente para a Administração Pública em razão da modicidade da tarifa a ser cobrada do usuário.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

35. Em determinada sociedade por ações, os titulares de debêntures da mesma emissão querem reunir-se em assembleia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas. Considerando as disposições da Lei nº 6.404/76 acerca do tema, é correto afirmar que a assembleia de debenturistas:

- a) não pode ser convocada pelo agente fiduciário.
- b) pode ser convocada por debenturistas que representem 20% (vinte por cento), no mínimo, dos títulos em circulação.
- c) contará com a participação do agente fiduciário que deve comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- d) não pode ser convocada Comissão de Valores Mobiliários.
- e) se instalará, em segunda convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação.

36. Sobre a sociedade limitada, assinale a alternativa incorreta:

- a) a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas.
- b) observa, em caso de omissões da lei, as normas da sociedade simples.
- c) não pode ser constituída por uma só pessoa.
- d) é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado.
- e) a cota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.

37. A empresa "Sol" exerce suas atividades regularmente desde 1990, entretanto, atualmente passa por grande crise econômico-financeira, apresentando dificuldades para adimplir seus credores. Nos termos da Lei nº 11.101/05, assinale a alternativa que contempla hipótese que não obsta o pedido de recuperação judicial da referida empresa:

- a) ser falido.
- b) ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- c) ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial voltado para microempresas e empresas de pequeno porte.
- d) ter sido falido, desde que as responsabilidades decorrentes do fato tenham sido declaradas extintas por sentença recorrível.
- e) ter, como administrador, pessoa condenada por crime contra a vida.

38. João, empresário, pretende alienar alguns imóveis que integram o patrimônio da empresa. Nos termos do Código Civil, para alienar os bens João:

- a) não necessita de outorga conjugal, exceto se casado sob o regime de comunhão universal
- b) não necessita de outorga conjugal para vender os bens, mas necessitará se quiser gravá-los de ônus real.
- c) necessita de outorga conjugal.
- d) não necessitará de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens adotado.
- e) não necessitará de outorga conjugal somente se o regime adotado for o da separação de bens.

39. Em contrato de compra e venda mercantil, a empresa "Luz" emite duplicata para a empresa "Vida". Considerando o regramento disciplinado pela Lei nº 5.474/68, é correto afirmar que:

- a) o valor total da fatura sempre será indicado na duplicata, exceto quando o comprador tenha direito a rebate.
- b) a duplicata pode corresponder a mais de uma fatura.
- c) a duplicata não pode ter seu prazo de vencimento prorrogado.
- d) o aval dado posteriormente ao vencimento do título é nulo.
- e) os abatimentos de preços das mercadorias feitas pelo vendedor até o ato do faturamento, não se incluirão no valor total da duplicata, desde que constem da fatura.

40. Considerando o regramento do Código Civil, é afirmar que na sociedade em comandita simples:

- a) os sócios comanditados são pessoas jurídicas e respondem somente pelo valor de sua quota.
- b) os sócios comanditados são pessoas físicas e respondem somente pelo valor de sua quota.
- c) os sócios comanditários não podem praticar quaisquer atos de gestão.
- d) os sócios comanditários respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- e) os sócios comanditários são obrigados à reposição de lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.

41. O ato de transformação:

- a) fica condicionado à liquidação da sociedade.
- b) não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores.
- c) determina a extinção das sociedades que se unem.
- d) depende do consentimento de todos os sócios, vedada estipulação em contrário.
- e) uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

42. Assinale a alternativa que, nos termos do Código Civil, não pode ter firma ou denominação:

- a) sociedade em conta de participação.
- b) sociedade em comandita por ações.
- c) sociedade anônima.
- e) sociedade limitada.
- e) empresário.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

43. Sobre a LINDB, é correto afirmar que

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
- b) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- d) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- e) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

44. Mateus e Lucas estava apostando corrida na rua com seus carros, o conhecido “racha”. Ao passar por uma via movimentada, ambos perderam o controle dos carros e atingiram uma loja, atravessando a parede e ferindo gravemente três pessoas que estavam no local. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Mateus e Lucas são subsidiariamente responsáveis pelos danos causados.
- b) Caso Mateus venha a falecer no curso do processo, o direito de exigir a reparação não se transmitirá com a herança.
- c) Caso uma das vítimas venha a falecer, a indenização consistirá no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima, sem repercussão moral.
- d) A indenização será medida pela gravidade do dano.
- e) Mateus e Lucas deverão indenizar os ofendidos das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além dos demais prejuízos que o ofendido prove haver sofrido.

45. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, não ocorrerá:

- a) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) por protesto, nas condições do inciso antecedente.
- c) por protesto cambial.
- d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- e) pendendo condição suspensiva.

46. A respeito do fato jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) Têm-se por inválidas as condições impossíveis, quando resolutivas, e as de não fazer coisa impossível.
- b) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.
- c) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- d) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe.
- e) Reputa-se verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

47. Ramon e Vitor sequestraram Poliana, com o fim de exigir do pai da vítima vultuosa quantia em dinheiro como condição para a libertação da mesma. Quando Poliana ainda estava em cativeiro, privada de sua liberdade, sobreveio nova lei penal alterando a pena prevista para o delito de extorsão mediante sequestro. Semanas depois, Poliana foi libertada, sem que os infratores tivessem conseguido obter a vantagem econômica pretendida.

Nesse caso, considerando que se trata de crime permanente, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ramon e Vitor, pela teoria da atividade.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Ramon e Vitor, desde que a alteração seja benéfica aos agentes, pela teoria da atividade.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ramon e Vitor, pelo princípio da irretroatividade da lei penal.
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por Ramon e Vitor, pelo princípio da ubiquidade.
- e) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por Ramon e Vitor, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes, pela teoria da ação.

48. Lauro, auditor-fiscal da SEFAZ-AP, subtraiu um *laptop* pertencente à Secretaria de Fazenda. O referido bem não se encontrava na posse de Lauro, mas, para realizar a subtração, Lauro ingressou no prédio da Secretaria às 21h, horário com menor circulação de pessoas, tendo entrado e saído do prédio pela porta da frente, sem levantar suspeitas junto aos seguranças, dado o fato de trabalhar no local.

Nesse caso, a conduta de Lauro configura:

- a) crime de peculato-furto
- b) crime de peculato-desvio
- c) crime de furto
- d) crime de peculato-apropriação
- e) mera falta funcional, penalmente atípica.

49. Quando o agente dá causa a determinado resultado criminoso, em razão da inobservância de seu dever objetivo de cuidado, por imprudência, negligência ou imperícia, sem contudo ter previsto tal resultado quando era possível, nas circunstâncias, a referida previsão, é correto afirmar que há o elemento subjetivo denominado:

- a) culpa consciente
- b) culpa inconsciente
- c) dolo eventual
- d) dolo direto de segundo grau
- e) dolo direto de primeiro grau

50. Vanessa, primária, extremamente desesperada para dar o que comer ao filho Téo, de apenas 02 anos, entra em um supermercado de grande porte e subtrai um litro de leite e três pacotes de biscoito. Vanessa, porém, é presa em flagrante minutos depois, ainda nas imediações do supermercado tendo sido recuperados os bens subtraídos, cujo valor total não ultrapassa R\$ 25,00.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) ficará afastada a ilicitude da conduta, ante o estado de necessidade.
- b) não haverá crime, por ausência de culpabilidade, dada a inexigibilidade de conduta diversa.
- c) a situação de extrema pobreza será considerada apenas como atenuante, mas não conduzirá à absolvição.
- d) não haverá crime, pela atipicidade material do fato.
- e) não haverá crime, pela atipicidade formal do fato.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

51. Considere as seguintes informações sobre cinco ativos adquiridos pela companhia MAVIFOR:

I. A Cia. fez uma aplicação financeira em um fundo de investimento que rende 1% am, com resgate em 200 dias

II. A Cia. adquiriu ações da Cia. C e as classificou como para negociação.

III. A Cia. adquiriu da Cia. D um conjunto de máquinas especiais para revendê-los.

IV. A Cia. adquiriu títulos para manter até o vencimento, sendo este em dois anos.

V. A Cia. tem um terreno, que não está sendo usado nem alugado, onde ela pretende construir futuramente uma filial.

A correta classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

- a) circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.
- b) investimento, circulante, imobilizado, investimento e imobilizado.
- c) circulante, circulante, imobilizado, realizável a longo prazo e imobilizado.
- d) realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.
- e) investimento, investimento, circulante, circulante e investimento.

52. Sobre o CPC 27, que trata do Ativo Imobilizado, marque a assertiva incorreta:

- a) Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.
- b) O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.
- c) Após o reconhecimento como um ativo, o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente pode ser apresentado, se permitido por lei, pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.
- d) É possível um terreno ter vida útil limitada e, assim, ser depreciado.
- e) O reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item está no local e nas condições operacionais pretendidas pela administração.

53. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 500.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 650.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 600.000,00.

O valor do ágio reconhecido no balanço individual da empresa MACHADO S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 290.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 650.000,00.

54. A empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012 (em R\$)	Probabilidade de Perda em 31/12/2013	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2013 (em R\$)
1	100.000	Provável	80.000
2	50.000	Possível	60.000
3	0,00	Provável	40.000
4	0,00	Possível	20.000

Com base nestas informações, a empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A.

- a) em relação ao processo 1, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 80.000 como despesa referente às Provisões.
- b) em relação ao processo 2, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 60.000 como ganho referente às Provisões.
- c) em relação ao processo 3, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 40.000 como ganho referente às Provisões.
- d) em relação ao processo 4, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 20.000 como despesa referente às Provisões.
- e) apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 o valor de R\$ 120.000 como Provisão.

55. A empresa ILUSTRES fez a emissão de 4.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,875 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2021
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2022 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2022 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 675.000,00 e 6.954.409,52.
- c) 720.000,00 e 7.499.409,52.
- d) 704.999,86 e 7.317.741,18.
- e) 886.668,22 e 7.499.409,52.

56. A empresa SAIPRALAJACARE S.A. realizou, em 01/12/2021, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa SAIPRALAJACARE S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2021, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2021,

- a) Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- b) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- c) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- d) Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.
- e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

57. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil, em 31.12.2020, está demonstrado a seguir:

- Valor de aquisição..... R\$ 400.000,00
- (-) Depr. Acumulada(R\$ 205.000,00)
- (-) Perda por Desvalorização.. (R\$ 2.000,00)
- (=) Valor contábil..... R\$ 193.000,00

Em 31.12.2021, procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (impairment test), foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 193.500,00
- Valor Justo.....R\$ 200.000,00

Em consequência, a companhia MAVIFOR deverá registrar em 31.12.2021:

- a) uma perda de 500,00.
- b) um ganho de 500,00.
- c) um ganho de 2.000,00.
- d) um ganho de 7.000,00.
- e) a companhia não deverá fazer qualquer registro.

58. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 200.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao custo amortizado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2021. O valor justo de cada o título, em 31/12/2021, era R\$ 101.500,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício de 2021 da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- a) 1.000,00.
- b) 2.000,00.
- c) 3.000,00.
- d) 4.000,00.
- e) 5.000,00.

59. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2021, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro R\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservas R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos R\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2021 foi de:

- a) R\$ 125.000,00.
- b) R\$ 135.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

60. O Patrimônio Líquido da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2019, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital Social.....R\$ 250.000,00

Reserva Legal: R\$ 47.000,00

Reserva Estatutária: R\$ 25.000,00

No ano de 2019, o lucro líquido apurado pela Cia. foi R\$ 75.000,00. No período, a empresa teve resultado positivo na equivalência patrimonial de R\$ 20.000,00 e receitas para recebimento em 2022 de R\$ 30.000,00.

Além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.

Sabendo-se que R\$ 2.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, o valor da reserva de lucros a realizar será de

- a) R\$ 0,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 25.750,00
- d) R\$ 28.000,00
- e) R\$ 3.000,00

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO AMAPÁ

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

61. Tratando-se de doação de qualquer bem ou direito, objeto de instrumento lavrado em outro Estado, o ITCD deverá ser recolhido:

- a) antes da lavratura do instrumento.
- b) na data da lavratura do instrumento
- c) em 10 dias contados da lavratura do instrumento.
- d) em 15 dias contados da lavratura do instrumento.
- e) em 30 dias contados da lavratura do instrumento.

62. Pedro, domiciliado no Amazonas, resolve doar a seu único filho, João, o usufruto relativo um imóvel, de valor venal igual R\$ 900.000,00, e a cotas de capital social, de valor patrimonial igual a R\$ 300.000,00, de uma empresa sediada no Amapá. Sabendo que o imóvel está situado no Amapá e que João também é domiciliado no referido Estado, pode-se afirmar que o ITCD devido ao AP será no valor de:

- a) R\$ 36.000,00 por João.
- b) R\$ 25.200,00 por João.
- c) R\$ 18.900,00 por João.
- d) R\$ 10.800,00 por João.
- e) R\$ 8.100,00 por João.

63. O prazo para interpor o recurso de ofício é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

64. Não produzirá efeito a consulta formulada:

- I. Que não contenha os elementos necessários à sua solução.
- II. Quando o fato for definido como contravenção penal.
- III. Por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta.
- IV. Quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, desde que proferida em consulta ou litígio judicial em que tenha sido parte o consulente.

São corretos, apenas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

65. Em Direito tributário, a base de cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia a pagar.

Segundo a legislação tributária do Amapá, indique a alternativa falsa no que tange à base de cálculo do ICMS.

- a) a base de cálculo nas saídas de mercadorias em retorno ao estabelecimento que as remeteu para industrialização é o valor da industrialização acrescido do preço das mercadorias empregadas pelo executor da encomenda.
- b) Não integram a base de cálculo o ICMS as bonificações.
- c) Nas vendas a crédito, sob qualquer modalidade, incluem-se na base de cálculo os ônus relativos à concessão de financiamento inicial do crédito, ainda que estes sejam cobrados em separado.
- d) Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produtos destinados à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador dos dois impostos.
- e) Na saída de mercadoria para o exterior, a base de cálculo do imposto será o valor da operação, acrescido de todas as despesas debitadas ao adquirente e realizadas até o embarque.

66. Contribuinte DELTA, estabelecido no Amapá, adquiriu uma máquina pelo valor de R\$ 100.000. 10 meses depois, decidiu vender tal máquina, uma vez que havia comprado uma nova. Após longa negociação, o preço de venda foi acertado em R\$ 70.000. Considerando uma alíquota de 18%, o ICMS a ser debitado por DELTA é de

- a) R\$ 12.600.
- b) R\$ 18.000.
- c) R\$ 262,50.
- d) R\$ 2.520.
- e) R\$ 6.300.

67. Considere as seguintes situações.

- I – saída de impresso gráfico personalizado por encomenda direta de consumidor final.
- II – saída de material de uso, consumo de um estabelecimento para outro do mesmo titular.
- III – transporte de ativo permanente de um estabelecimento para outro do mesmo titular, efetuado pelo próprio contribuinte.
- IV – o consumo de mercadoria produzida pelo próprio estabelecimento.

Tomando-se HI como “Hipótese de Incidência” e NI como “Não incidência”, assinale a sequência correta de acordo com os itens acima.

- a) NI - HI - HI - NI.
- b) HI - NI - HI - HI.
- c) NI - HI - NI - HI.
- d) HI - NI - HI - NI.
- e) NI - NI - NI - HI.

68. No que tange à suspensão do ICMS, assinale a alternativa incorreta.

- a) Fica suspenso o ICMS na remessa interna e interestadual de mercadoria destinada a conserto, reparo ou industrialização, salvo exceções.
- b) Fica suspenso o ICMS na saída de produto agropecuário para estabelecimento beneficiador, em operação interna ou interestadual, por conta e ordem do remetente.
- c) A suspensão aplicável à operação com determinada mercadoria não alcança a prestação de serviço de transporte com ela relacionada, salvo disposição em contrário.
- d) Fica suspenso o ICMS na saída interna de mercadoria remetida para demonstração, desde que deva retornar ao estabelecimento de origem em 60 dias.
- e) Fica suspenso o ICMS na saída interna e interestadual de mercadoria destinada à exposição ou feira, para fins de exposição ao público, desde que deva retornar ao estabelecimento de origem em 60 dias.

69. Contribuinte X remeteu R\$ 100.000 para o contribuinte Y revender. Na operação, destacou R\$ 20.000 de ICMS. Um dia depois, o contribuinte Z remeteu R\$ 100.000 em mercadoria também ao contribuinte Y revender, destacando R\$ 15.000 de ICMS. Considerando que as operações se deram com a alíquota genérica do Estado amapaense e que não há hipóteses de vedação ao crédito, Y deve se creditar no momento do recebimento dos respectivos documentos fiscais em questão, respectivamente de

- a) R\$ 17.000 e R\$ 17.000.
- b) R\$ 18.000 e R\$ 18.000.
- c) R\$ 18.000 e R\$ 15.000.
- d) R\$ 20.000 e R\$ 15.000
- e) R\$ 18.000 e R\$ 20.000.

70. De acordo com a lei 400/97, constitui infração relativa ao ICMS a inobservância de qualquer disposição contida na legislação. Sobre o tema, assinale a alternativa que não pode ser aplicada como penalidade de acordo com a referida lei.

- a) Multa e cancelamento de benefícios fiscais, cumulativamente.
- b) Cancelamento de benefícios fiscais.
- c) Cancelamento de inscrição estadual.
- d) Sujeição a regime especial de fiscalização.
- e) Impossibilidade de contratar com a administração pública estadual.

71. Acerca do IPVA, julgue os itens a seguir de acordo com o Decreto 3.340/95 e assinale a alternativa correta.

- I. Na alienação ou transferência do veículo, ou cassação do direito a isenção ou não incidência, o pagamento do imposto, se devido, ocorrerá até o dia 15 do mês subsequente ao da entrada do processo no órgão de trânsito, se protocolado no período de 1º a 15 do mês.
 - II. Considera-se ocorrido o fato gerador do IPVA na data da aquisição por consumidor final, no caso de veículo usado.
 - III. É isenta do IPVA a propriedade de veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio desde que não haja cobrança pelo serviço prestado.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I, II e III.
 - e) Está correto o item III, apenas.

72. De acordo com o Decreto 3.340/95, assinale a opção correta:

- a) É contribuinte do IPVA o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores ou quando não comunicar a transferência.
- b) É responsável pelo pagamento do IPVA o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título.
- c) A solidariedade da responsabilidade pelo pagamento do IPVA comporta benefício de ordem.
- d) São responsáveis pelo pagamento do IPVA terceiros que concorrerem com atos ou omissões para o não-pagamento do imposto.
- e) É responsável subsidiário pelo pagamento do IPVA o servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção, vistoria ou transferência de veículo de qualquer espécie sem a prova do pagamento ou do reconhecimento da isenção ou não-incidência do imposto.

73. De acordo com o Decreto 1.173/16, que institui o Sistema de Fiscalização Eletrônica Checkin-Gtran e estabelece os procedimentos de fiscalização do trânsito de mercadorias julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O desembaraço fiscal eletrônico de mercadorias e bens procedentes de outras unidades da Federação se inicia no momento da geração do Selo Fiscal Eletrônico – SF-e e se encerra com a leitura da chave da NF-e.
- II. O Termo de Vistoria Física – TVF-e é o documento eletrônico destinado ao registro das ocorrências relacionadas com a vistoria física de documentos e/ou mercadorias e bens, que conterá informações referentes ao objeto da vistoria e demais informações necessárias, conforme modelo a ser instituído por Ato do Secretário de Estado da Fazenda.
- III. O Atestado de Ingresso de Mercadorias – AIM é a informação eletrônica, fornecida pelo Sistema Checkin – Gtran à SUFRAMA, de que as mercadorias e bens constantes no correspondente documento fiscal eletrônico ingressaram na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
d) Estão corretos os itens I, II e III.
e) Está correto o item III, apenas.

74. De acordo com o Decreto 517/92, julgue os itens e assinale a alternativa correta

- I. As importações de mercadorias destinadas à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS estarão sujeitas a guia de importação ou documento de efeito equivalente, previamente ao despacho aduaneiro.
- II. A internação de mercadoria estrangeira, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS para o restante do território nacional, estará sujeita ao controle administrativo e à tributação normal aplicável às importações em geral.
- III. As mercadorias estrangeiras ou nacionais enviadas à Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS serão, obrigatoriamente, destinadas às empresas nela estabelecidas e autorizadas a operar nessas áreas.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
d) Estão corretos os itens I, II e III.
e) Está correto o item III, apenas.

75. De acordo com o Decreto 2.269/98, a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela Secretaria da Fazenda, antes da ocorrência do fato gerador. O arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão

- a) XML
b) DOC
c) EFD
d) MOC
e) TXT

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À
AUDITORIA TRIBUTÁRIA**

Raphael Lacerda

76. Na fase de desenvolvimento do Scrum, o software é desenvolvido em processos iterativos denominados Sprint. Nela há um evento conhecido como Sprint Retrospective cujo propósito é planejar maneiras de aumentar a qualidade e a eficácia do processo. Seu tempo é limitado pelo Timebox de no máximo

- a) 8 horas
- b) 4 horas
- c) 3 horas
- d) 15 minutos
- e) 2 a 4 semanas

77. A respeito do programa MPS.BR (Melhoria de Processo do Software Brasileiro), assinale a alternativa correta.

- a) A norma ISO/IEC/IEEE 12207 deixou de ser utilizada na definição do MR-MPS-SW 2021 para criação de processos e propósitos. Ela foi substituída pela ISO/IEC 20000
- b) A ISO/IEC 15504, no Mps.BR 2021, substitui as normas da ISO/IEC 330xx, ampliando algumas partes e estabelecendo um framework para melhorar a qualidade dos processos.
- c) Estabelece um modelo de processos de software, um método de avaliação e um modelo de negócio, sendo MR-MPS-SW:2020 compatível com o CMMI-DEV v2.0 e composto por 6 componentes
- d) O Modelo de Referência MPS para Software (MR-MPS-SW) define níveis de maturidade que são uma combinação entre processos e sua capacidade
- e) Os processos estão divididos em dois conjuntos: processos finalísticos e processos de suporte

78. Qual estrutura abaixo é utilizado no ecossistema do XML para verificar se ele está válido, ou seja, de acordo com as regras de negócio definidas

- a) DDD
- b) DTD
- c) XST
- d) XSLT
- e) CSS

79. Assinale a alternativa correta

I - Data warehouse é uma coleção de dados obtidos, sem considerar a origem e armazenados de forma estruturada.

II - Ferramentas OLTP permitem dimensionalidade genérica e níveis de agregação ilimitados.

III - Data Mart é um subconjunto de dados volátil, especializados, voltado a um único departamento.

- a) Somente I
- b) Somente I e II
- c) Somente II e III
- d) Somente I e III
- e) Todas corretas

80. Qual sistema de armazenamento possui melhor desempenho de carga e é mais indicado para data warehouses?

- a) MOLAP (Multidimensional On Line Analytical processing);
- b) ROLAP (Relational On Line Processing);
- c) HOLAP (Hybrid On Line Analytical Processing);
- d) DOLAP (Desktop On Line Analytical Processing);
- e) WOLAP (Web On Line Analytical Processing).

81. A respeito das características do ELT, assinale a alternativa correta.

- a) ELT apresenta um tempo de carregamento maior que o ETL
- b) ELT possui um custo de manutenção menor do que o ETL
- c) No ETL transforma-se dados brutos em dados modelados dentro de um data warehouse
- d) No ETL os engenheiros de dados focam apenas nas etapas de extração e carregamento
- e) No ETL, em etapas iniciais, demanda mais espaço de armazenamento.

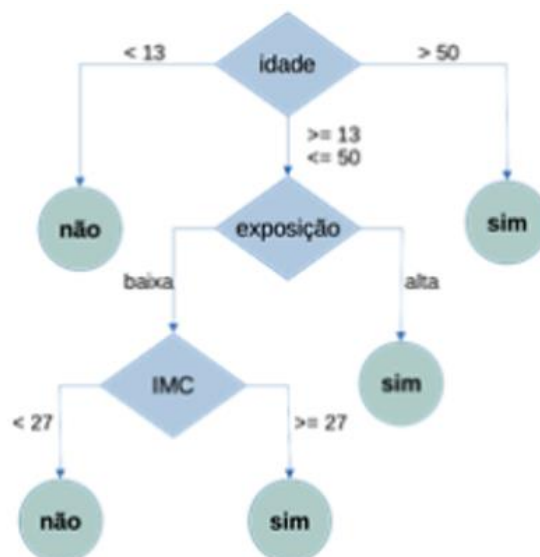
82. Qual técnica utilizada para classificação de elementos que parte da premissa que as variáveis envolvidas no processo para classificar um determinado item devem ser tratadas de forma independente.

- a) Naive Bayes
- b) Apriori
- c) C4.5
- d) KNN
- e) Agnes

83. Os dados podem ser classificados quanto a sua estrutura (estruturados, semi-estruturados e não estruturados) e quanto ao seu valor. Assinale qual dos itens abaixo representa um dado categórico ordinal

- a) sexo
- b) estado civil
- c) escolaridade
- d) pressão sanguínea
- e) quantidade de aprovações

84. O desenho abaixo representa um modelo construído usando qual algoritmo?



- a) Apriori
- b) ID.3
- c) C4.5
- d) Perceptron
- e) Random Forest

85. Um time de ciência de dados utilizou um modelo para resolver problemas de cálculos de impostos. Sabe-se que o resultado do treinamento do modelo foi ótimo, porém apresentou um desempenho ruim na hora de executá-lo. Optou-se portanto pela utilização de um modelo menos complexo para resolver o problema. Como é conhecido o problema relatado?

- a) erro de representação
- b) underfitting
- c) overfitting
- d) Big Data
- e) Discretização

86. Qual algoritmo de criptografia simétrico é composto por blocos de tamanho fixo de 128 bits e possui chave que pode variar entre 128, 192 e 256 bits?

- a) RC4
- b) RSA
- c) DES
- d) 3DES
- e) AES

87. A respeito do certificado digital, assinale a alternativa incorreta

- a) O propósito do certificado digital é ajudar na distribuição correta de chave pública, garantindo que ela pertence a uma entidade
- b) Um certificado é emitido por uma AC e consiste em um código hash anexado à mensagem que será utilizado para verificar o remetente e a integridade do conteúdo
- c) O certificado digital é assinado digitalmente com a chave privada do órgão emissor.
- d) A certificação cruzada permite que entidades em uma infraestrutura de chave pública confiem em entidades em outra.
- e) ICP é uma entidade que tem como objetivo manter uma estrutura de emissão de chaves públicas

88. Um Auditor Fiscal precisa resolver um problema de gestão de processos do departamento. Ele precisa incluir um percentual de bônus extra pago ao advogado responsável pelo processo. Considerando que cada advogado pode cuidar de mais de um processo e um processo pode ser avaliado por mais de um advogado, o bônus pode ter valores diferentes, dependendo do advogado e do processo. O campo de percentual de bônus extra deverá ser incluído

- a) na tabela ADVOGADO como índice único
- b) na tabela PROCESSO como índice único
- c) na tabela PROCESSO fazendo parte da chave composta
- d) na tabela associativa como índice único
- e) na tabela associativa como um campo comum

89. Considere o seguinte script feito em SQL

```
CREATE TABLE TIMES_BRASIL ( nome varchar(50) );
CREATE TABLE TIMES_MUNDO ( nome varchar(50) );
INSERT INTO TIMES_BRASIL VALUES ('AMERICA'),
('FLAMENGO'), ('GRÊMIO'), ('SÃO PAULO'),
('JUVENTUS');
INSERT INTO TIMES_MUNDO VALUES ('JUVENTUS'),
('BARCELONA'), ('GRÊMIO'), ('MILAN');
```

Qual o resultado após a execução do script abaixo:

```
select b.nome from TIMES_BRASIL a left outer join
TIMES_MUNDO b on a.nome = b.nome
```

- a) GRÊMIO, JUVENTUS, BARCELONA, MILAN
- b) JUVENTUS, GRÊMIO, null, null, null
- c) GRÊMIO, JUVENTUS
- d) JUVENTUS, GRÊMIO, AMERICA, FLAMENGO, SÃO PAULO, BARCELONA, MILAN
- e) JUVENTUS, JUVENTUS, JUVENTUS, JUVENTUS, GRÊMIO GRÊMIO

90. Sobre portais colaborativos e sistemas colaborativos, assinale a alternativa incorreta

- a) Os sistemas colaborativos devem ser construídos para atenderem a grupos de usuários oferecendo a eles formas de interação, controle, coordenação, e a comunicação entre indivíduos de uma corporação.
- b) Em sistemas colaborativos de aprendizagem em grupo o professor atua mais como mediador da aprendizagem do que transmissor de informação.
- c) Um sistema colaborativo funciona com múltiplos usuários atuando de forma compartilhada, sendo que geralmente estão localizados em regiões geográficas diferentes mas com o mesmo objetivo comum
- d) Um sistema colaborativo deve ser capaz de captar as novas formas de trabalho e necessidades de usuários cada vez mais digitais.
- e) Portais corporativos fornecem vários canais diferentes para consulta com informações em tempo real

CONTABILIDADE AVANÇADA E CUSTOS

Silvio Sande

91. No dia 31/12/2016 uma empresa realizou uma emissão de debêntures para captação de recursos no valor de R\$ 100.000.000,00. As debêntures apresentavam as seguintes características:

– Prazo total: 15 anos

– Taxa de juros: 10% ao ano

– Pagamentos: parcelas iguais e anuais no valor de R\$ 13.147.377,70

Para a emissão e colocação das debêntures no mercado a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 1.040.000,00.

Tendo em vista que a expectativa do mercado futuro de juros é que ocorrerá uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu obter um valor superior ao desejado, vendendo os títulos por R\$ 107.000.000,00.

Sabendo-se que a taxa de custo efetivo da operação foi 9% ao ano, o saldo contábil líquido evidenciado no passivo, no balanço patrimonial de 31/12/2017 da empresa, e o impacto no resultado de 2017 decorrente das debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 96.852.622,32 e 11.140.000,00.
- b) 102.349.022,32 e 9.536.400,00.
- c) 103.408.622,32 e 11.636.000,00.
- d) 95.852.622,32 e 10.040.000,00.
- e) 102.482.622,32 e 10.670.000,00.

92. Em 01/01/2015 a Cia. Bahia adquiriu, à vista, 80% das ações da Cia. Vitória pelo valor de R\$ 20.000.000,00. Na data da aquisição, o valor do Patrimônio Líquido constante do Balanço Patrimonial da Cia. Vitória era R\$ 10.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Cia. Vitória a que foram adquiridos, de acordo com o laudo de avaliação, era R\$ 18.000.000,00. A Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida. Sabe-se que a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis era decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida.

Durante o ano de 2015, a Cia. Vitória reconheceu em seu Patrimônio Líquido as seguintes mutações:

– Lucro líquido de 2015: R\$ 400.000,00

– Dividendos distribuídos: R\$ 150.000,00

– Ajustes de avaliação patrimonial: R\$ 500.000,00 (saldo credor).

O valor apresentado pela Cia. Bahia na conta Investimento, no Balanço Patrimonial individual de 31/12/2015, e o valor reconhecido na Demonstração do Resultado individual de 2015 referente a este investimento foram, respectivamente, em reais,

- a) 20.240.000,00 e 640.000,00.
- b) 20.240.000,00 e 320.000,00.
- c) 20.400.000,00 e 400.000,00.
- d) 14.880.000,00 e 320.000,00.
- e) 20.480.000,00 e 720.000,00.

93. A Cia. Investidora adquiriu, em 01 de dezembro de 20x1, 80% das ações da Cia. Investida, que se encontra instalada em Portugal. Em 31 de dezembro de 20x7, a Cia. Investida apresentou a seguinte posição financeira:

Contas	Saldo (€ euros)
Ativos	80.000,00
Passivos	80.000,00
Patrimônio Líquido	
Capital Social	17.000,00
Lucro líquido, referente a dezembro de 20x7	3.000,00

Taxas	Cotação € euro	Observações
Taxa Histórica	R\$ 3,00	em 01/12/20x7
Taxa Média	R\$ 3,50	de 01/12 a 31/12/20x7
Taxa de Fechamento	R\$ 4,00	em 31/12/20x7

A conversão do Balanço Patrimonial da Cia. Investida (para Reais), em 31/12/20x7, gera um registro na Conta Ajuste Acumulado de Conversão, na Cia. Investidora, no valor de, em R\$,

- a) 18.500,00.
- b) 18.000,00.
- c) 17.000,00.
- d) 15.000,00.
- e) 14.800,00.

94. A Cia. METALÚRGICA, para produzir 2.000 unidades de seu único produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de março de 2017:

Custo fixo: R\$ 92.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 48,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$24,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 24.000,00

Despesas variáveis: R\$ 16,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda bruto

Preço de venda bruto: R\$ 210,00/unidade

Quantidade vendida: 400 unidades

Se a Cia. METALÚRGICA utilizar o Custeio Variável, o custo unitário da produção do mês de março de 2017 será, em reais,

- a) 48,00.
- b) 88,00.
- c) 156,00.
- d) 72,00.
- e) 172,00.

95. Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 1050.
- b) 1250.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

96. As resoluções do Senado Federal integram a legislação tributária, exercendo importante papel na regulamentação dos impostos estaduais. Considerando as regras definidas na Constituição Federal acerca dessas resoluções, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() Cabe à resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de maioria absoluta dos Senadores, aprovada por dois terços de seus membros, estabelecerá as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

() Faculta-se ao Senado Federal fixar alíquotas máximas do ICMS nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa de um terço dos Senadores e aprovada por maioria absoluta de seus membros;

() O IPVA terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

a) V, F, V

b) F, F, F

c) V, F, F

d) F, V, F

e) F, V, V

97. O Código Tributário Nacional (CTN), em cumprimento ao disposto no art. 146, III, da CF/88, exerce a função de norma geral em matéria de legislação tributária. Nesse sentido, tomando como base as definições do CTN, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

() A decisão de um órgão coletivo de jurisdição administrativa, a que a lei atribuiu eficácia normativa, entra em vigor a partir da data de sua publicação.

() Determinado convênio celebrado entre dois Municípios, tratando sobre as relações jurídicas relativas aos tributos de sua competência, entra em vigor na data neles prevista.

() Dada a rígida repartição de competência tributária, não se admite que a legislação tributária de determinado Estado ou Município vigore fora dos seus respectivos territórios.

a) V, F, V

b) F, F, F

c) V, F, F

d) F, V, F

e) V, V, V

98. A partir do que se estuda acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, aponte a alternativa correta:

a) Ressalvadas as exceções, a anterioridade da lei tributária é uma regra que deve ser aplicada no caso de instituição ou modificação do tributo.

b) A multa moratória não possui caráter confiscatório, independentemente do seu valor.

c) O princípio da legalidade impõe a necessidade de lei, ordinária ou complementar, para instituição de tributos, não cabendo a edição de medida provisória.

d) É vedado à União conceder incentivos fiscais em favor de Estado, Distrito Federal ou Município, ainda que destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

e) A imunidade dos partidos políticos também alcança as suas respectivas fundações.

99. De acordo com as teorias doutrinárias que envolvem a divisão das espécies tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria bipartida divide os impostos em vinculados e não vinculados.
- b) O Supremo Tribunal Federal adotou a teoria tripartida (impostos, taxas e contribuições de melhoria).
- c) Os empréstimos compulsórios não podem ser categorizados como espécie tributária, eis que não representam exação de natureza tributária.
- d) O Código Tributário Nacional prevê que o fato gerador não é autossuficiente para definir a espécie tributária.
- e) A teoria pentapartida divide os tributos em impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

100. A respeito das imunidades tributárias, aponte a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca somente se aplica ao imposto incidente sobre serviço, patrimônio ou renda do próprio ente beneficiado, na qualidade de contribuinte de direito.
- b) A imunidade recíproca pode ser invocada para as contribuições previdenciárias e para as taxas.
- c) A Casa da Moeda do Brasil não foi alcançada pela imunidade recíproca.
- d) A imunidade recíproca alcança a Petrobras.
- e) A imunidade recíproca exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

101. Assinale a alternativa correta:

- a) Os empréstimos compulsórios não se sujeitam ao princípio da anterioridade anual.
- b) O IPI se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- c) O IR se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- d) O IOF se sujeita ao princípio da anterioridade anual.
- e) O ITR não se sujeita ao princípio da anterioridade anual.

102. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

103. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Acerca da obrigação tributária principal e do crédito tributário, assinale a opção errada:

- a) O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- b) O lançamento de ofício independe da participação do sujeito passivo.
- c) A depender da garantia atribuída ao crédito tributário, a obrigação tributária pode ser afetada.
- d) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- e) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

104. Considerando o entendimento do STF e do STJ a respeito do ICMS, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.
 - () Não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.
 - () A correção monetária dos créditos escriturais, desde que dentro dos índices oficiais, independe de lei autorizadora.
- a) V, F, V
 - b) F, F, F
 - c) V, F, F
 - d) F, V, F
 - e) V, V, V

105. Caso ocorra a criação de um território federal, a competência tributária será dividida da seguinte forma:

- a) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal.
- b) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos sempre pela União.
- c) Os impostos estaduais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal e os impostos municipais serão instituídos pela União.
- d) Os impostos municipais poderão ser instituídos pela União.
- e) Os impostos federais ali cobrados deverão ser destinados integralmente ao território federal.

AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Guilherme Santanna

Situação hipotética: considere que, ao realizar uma auditoria na Porco Feliz Ltda., o auditor tenha observado a seguinte situação na conta caixa:

Caixa	
40.000	50.000
25.000	35.000

106. O fenômeno observado na situação hipotética acima:

- a) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, não sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- b) É algo perfeitamente normal na atividade empresarial, não cabendo nenhuma ação por parte da auditoria.
- c) Não configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento, pelo auditor, da receita omitida.
- d) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento da receita omitida. No caso em tela, podemos dizer que o contribuinte omitiu, no máximo, 20.000 de receita.
- e) Configura hipótese de presunção legal de omissão de receita, sendo possível o arbitramento da receita omitida. No caso em tela, podemos dizer que o contribuinte omitiu, no mínimo, 20.000 de receita.

107. Assinale, a seguir, a situação que caracteriza o suprimento das disponibilidades sem comprovação:

- a) Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos pela empresa a administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.
- b) Contabilização de numerário na conta caixa proveniente de ação delituosa.
- c) Injeção de numerário no caixa da empresa sem o correspondente registro na contabilidade.
- d) Recursos financeiros em espécie fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos sejam comprovadamente demonstradas.
- e) Recursos de caixa (ou equivalentes) fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, entre outros, cuja efetividade da entrega e origem dos recursos não sejam comprovadamente demonstradas.

108. Analise os itens a seguir:

- I. O risco de que os controles sejam considerados menos eficazes do que realmente são e o risco de que seja identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela não existe afetam a eficiência da auditoria, porque ela normalmente levaria a um trabalho adicional para estabelecer que as conclusões iniciais estavam incorretas.
- II. Distorção tolerável é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário seja excedido pela distorção real na população.
- III. Se o auditor não puder aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado, o auditor deve tratar esse item como um desvio do controle previsto, no caso de testes de controles ou uma distorção, no caso de testes de detalhes.

Estão corretos o(s) item(ns)

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) Apenas I
- e) Apenas II

109. Nos termos da norma que trata da Auditoria Interna, fazem parte dos testes de observância:

- a) a inspeção, a observação e a reexecução
- b) a inspeção, a observação e a investigação e confirmação
- c) os testes de detalhes, a revisão analítica e a investigação e confirmação
- d) os testes de detalhes, o recálculo e a revisão analítica
- e) a revisão analítica, os testes de controle e os testes substantivos

110. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É mais provável que um conjunto específico de informações seja adequado para o uso por grande número de usuários e menos provável que ele esteja sujeito à influência de qualquer usuário específico se o indivíduo externo ou a organização externa o fornece para o público de graça, ou o disponibiliza para vasta gama de usuários em troca do pagamento de taxa.
- b) Um indivíduo externo ou organização externa pode atuar como especialista da administração enquanto fornece um conjunto de informações específico, mas pode atuar como fonte de informações externa quando fornece um conjunto de informações diferente.
- c) Um indivíduo externo ou organização externa pode, com relação a qualquer conjunto de informações específico, ser fonte de informações externa e especialista da administração ao mesmo tempo.
- d) Embora a indagação possa fornecer importante evidência de auditoria e possa produzir evidência de distorção, a indagação, sozinha, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.
- e) A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção (quanto mais elevados os riscos avaliados, maior a probabilidade de que seja exigida mais evidência de auditoria) e também pela qualidade de tal evidência de auditoria (quanto maior a qualidade, menos evidência pode ser exigida). A obtenção de mais evidência de auditoria, porém, não compensa a sua má qualidade.

111. Durante um trabalho de auditoria, um auditor executou um procedimento para avaliar se a atividade de autorização de compras e suprimentos para o estoque da entidade era realizada por um funcionário adequado.

O procedimento executado pelo auditor foi um teste:

- a) substantivo
- b) de inspeção
- c) de observância
- d) de revisão analítica
- e) de autorização

112. No contexto da responsabilidade em relação à fraude, o auditor deve obter uma série de representações da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança. Entre elas, **NÃO** se encontra a representação de que:

- a) eles reconhecem sua responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno de prevenção e detecção de fraude
- b) eles revelaram ao auditor os resultados da avaliação do risco da administração de que as demonstrações contábeis podem ter distorções relevantes decorrentes de fraude
- c) eles revelaram ao auditor seu conhecimento sobre a suspeita ou ocorrência de fraude afetando a entidade
- d) eles forneceram ao auditor acesso irrestrito às pessoas da entidade necessárias para obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente
- e) eles revelaram ao auditor seu conhecimento de quaisquer suspeitas ou indícios de fraude que afetassem as demonstrações contábeis da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados, analistas, órgãos reguladores ou outros

113. Qual o bloco da EFD que registra informações relativas ao inventário físico da entidade:

- a) Bloco I
- b) Bloco G
- c) Bloco C
- d) Bloco H
- e) Bloco E

114. A auditoria das disponibilidades, no ativo, tem como finalidade, EXCETO:

- a) determinar rentabilidade da cobrança
- b) determinar a existência de restrições de uso ou de vinculações em garantia
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em bases uniformes
- d) determinar sua existência, que poderá estar na companhia, em bancos ou com terceiros
- e) determinar se está corretamente classificado nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas

115. Após emitida a NF-e, o contribuinte

- a) emitente deverá apagar ou destruir o arquivo digital sob sua guarda, mesmo fora da empresa, no prazo de 10 dias, pois o mesmo estará disponível na administração tributária quando solicitado.
- b) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, em prazo não superior a 24 horas contado do momento em que foi concedida a respectiva autorização de uso da NF-e, desde que não tenha havido a circulação da mercadoria ou a prestação de serviço.
- c) não poderá deixar de pagar o imposto referente às prestações e operações descritas, pois o mesmo equivale a débito confessado.
- d) poderá solicitar o cancelamento da NF-e, mediante Pedido de Cancelamento de NF-e, impresso em três vias, no posto fiscal de sua região, no prazo de 30 dias após o término do período de apuração.
- e) deverá transmitir o arquivo da NF-e à UF do destinatário, em formato XML ou PDF, ou em substituição, enviar o DANFE em formato PDF.

116. Nos termos das normas de auditoria, marque a seguir a alternativa CORRETA:

- a) O objetivo do auditor é preparar documentação que forneça registro suficiente e apropriado do embasamento das evidências coletadas pelo auditor.
- b) O auditor deve preparar a documentação de auditoria independente do tamanho e da complexidade da entidade.
- c) A documentação elaborada após a execução do trabalho de auditoria deve ser tão precisa quanto aquela elaborada no momento em que o trabalho é executado.
- d) Auditor experiente é um indivíduo (interno ou externo à firma de auditoria) que possui experiência prática de auditoria e conhecimento razoável, dentre outros, de processos e normas de auditoria.
- e) A documentação de auditoria é limitada aos registros elaborados pelo auditor, para fins de confirmação da autenticidade.

117. Avalie os itens a seguir:

- I. O auditor independente tem responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, porém essa responsabilidade é compartilhada com a auditoria interna quando o auditor independente se utiliza de seus trabalhos.
- II. Se o auditor independente utilizou o trabalho de auditoria interna, ele deve incluir na documentação de auditoria os procedimentos executados para avaliar a adequação dos trabalhos realizados.
- III. Exemplos de trabalho da auditoria interna que podem ser utilizados pelo auditor independente incluem testes da eficácia operacional dos controles.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

118. Avalie as sentenças a seguir sobre os Objetivos Gerais do Auditor Independente:

- I. É objetivo da auditoria aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. O auditor deve expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Como base para sua opinião, o auditor deve assegurar-se de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes, independente se causadas por fraude ou erro.
- III. A opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.

Está correto o que se afirma somente em.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II.
- e) I e III.

119. Julgue os itens a seguir de acordo com as normas técnicas de auditoria:

- I. O auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve total segurança de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- III. O auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos quantitativos das políticas contábeis da entidade.

É CORRETO o que se afirma somente em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

120. Um especialista do auditor pode ser necessário para ajudar o auditor em um ou mais de um dos assuntos a seguir, EXCETO:

- a) Entendimento da entidade e de seu ambiente, incluindo seus controles internos.
- b) Análise e emissão de opinião acerca das demonstrações contábeis.
- c) Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.
- d) Determinação e implementação de respostas gerais aos riscos avaliados no nível de demonstrações contábeis.
- e) Definição e execução de procedimentos adicionais de auditoria para responder aos riscos avaliados no nível de afirmação, que compreendem testes de controle ou procedimentos substantivos.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AP-20-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
